

# O governo FHC e o neoliberalismo\*

João José de Oliveira Negrão\*\*

## Resumo

O objetivo deste artigo é mostrar que o neoliberalismo – entendido como um ataque do capital àquelas conquistas dos trabalhadores que, de uma forma ou de outra, criam obstáculos à reprodução ampliada – vem tendo um papel crescente na redemocratização brasileira.

## Definição do neoliberalismo

O neoliberalismo, cuja gênese pode ser identificada na obra de Friedrich Hayek, *O caminho da servidão*, escrita em 1944 (Anderson, 1995), pode ser dividido, conforme Luis Fernandes, professor da Universidade Federal Fluminense, em duas vertentes. Uma seria a visão ideológica original, derivada diretamente de Hayek e do monetarismo de Milton Friedman e Von Mises, sócios fundadores, junto com Hayek e outros, da “Sociedade de Mont Pelérin”. Essa é a versão mais dura e *xuíta* – para usar um termo comum à política brasileira –, que queria uma subordinação incondicional ao mercado e abominava todo e qualquer tipo de intervenção estatal na economia e na sociedade. Essa versão pura e dura do neoliberalismo certamente não foi aplicada em lugar nenhum, nem mesmo no Chile, onde apesar da ditadura e

---

\*Este texto está baseado na dissertação de mestrado *O neoliberalismo na redemocratização brasileira*.

\*\*Mestre em Ciências Sociais pela PUC-SP, professor da Faculdade Santa Rita e membro do NEILS.

da assessoria direta de Milton Friedman e seus discípulos da Universidade de Chicago, o Estado manteve um papel importante no setor do cobre, principal produto do país. Da mesma forma, não foi aplicada por Reagan e Thatcher.

No entanto, essa versão mais dura alimenta outra, mais matizada e flexível que, essa sim, vem conseguindo impor-se como hegemonia ideológica ao mundo, orientando a política de inúmeros governos, sejam eles formalmente originários do conservadorismo e da direita ou até de partidos social-democratas, como no caso da Espanha, com Felipe Gonzales, ou da França, no segundo governo Mitterrand.

Podemos dizer que essa versão mais *light* esta centrada doutrinariamente na idéia da desregulamentação dos mercados, abertura comercial e, especialmente, financeira e na redução do tamanho e papel do Estado (Fernandes, 1995). E, nesse caso, admite-se – ou mais que isso, apóia-se – intervenções estatais "para promover "reformas" que se dêem neste sentido. Uma outra característica dessa vertente do neoliberalismo "realmente existente" é uma certa desqualificação da Política, que rege-se por determinações outras que não aquelas da "mão invisível" e a tendência a uma forte centralização no Executivo, relegando o Legislativo, mais permeável a determinações políticas, a segundo plano. É essa versão do neoliberalismo que vem orientando o processo de globalização da economia.

### **Neoliberalismo e a ingovernabilidade da democracia**

No nível teórico-político, e possível precisar, sinteticamente, a ressurreição do neoliberalismo na obra financiada pela Comissão Trilateral, *The crisis of democracy*. Publicada em 1975, traz a público a visão conservadora da chamada crise de governabilidade das democracias contemporâneas que, segundo os autores – Michel Crozier, Samuel Huntington e Joji Watanuki –, ampliaram em excesso o poder da sociedade – especialmente das classes subalternas – de gerar demandas para as quais o Estado não tem mais capacidade de responder.

Para Crozier, aconteceu que o desenvolvimento econômico e social que veio a luz nesta etapa de ampliação do *welfare state* permitiu o crescimento do número de pessoas participantes do sistema político. Ao lado disso, as hierarquias tradicionais perderam sentido, o processo democrático legitimou-se e a complexidade organizacional acabou provocando hiatos entre as decisões políticas e sua implementação por parte da burocracia. Nesse sentido, ele acredita que a ingovernabilidade é inerente a democracia.

Huntington segue no mesmo diapasão. Para ele, a ingovernabilidade esta no excesso de democracia e no excesso de igualdade, que tende a deslegitimar a autoridade e os líderes. Tal fenômeno – crescimento das exigências contraposto à pouca capacidade de direção – não se limita ao Estado, embora aí se manifeste de forma marcante, mas atinge também os partidos políticos, que frustram as expectativas, por eles mesmos geradas antes de chegarem aos governos. Essa análise conservadora conclui, então, segundo Offe, que a manterem-se as coisas como estão, vai-se chegar ao bloqueio e a dissolução quase total do poder do Estado.

Mas, apesar do pessimismo, tal linha de análise apresenta propostas de saída para a crise: se a democracia é a sua causa central, deve-se colocar limites a ela e cortar substancialmente as exigências populares; assim, diminui-se a sobrecarga do Estado e, ao ampliar-se o espaço do mercado, retoma-se o crescimento da economia. Então, de acordo com Offe, como estratégia conservadora de superação da crise, ganha força “a proposta de desviar aquelas exigências que transcendem os 'limites do Estado social' para as relações monetárias de troca ou seja para o *mercado*, [que] está hoje amplamente difundida. As palavras-chave são: a 'privatização', ou seja a 'desestatização' dos serviços públicos e sua transferência para instituições competitivas na área da economia privada. (...) Faz parte do mesmo contexto um conceito liberal de política econômica, que em sua essência busca demolir os nichos protecionistas, que abrigam certos ramos da economia, contra o 'vento renovador' que sopra da competição nacional e internacional. Em geral, trata-se de fortalecer o efeito dos mecanismos de saída sobre os de contradição (*exit* versus *voice*, segundo Hirschmann), e de desmontar os mecanismos de segurança social do Estado, bem como as posições de poder político-econômico dos sindicatos, a partir das quais aqueles mecanismos foram impostos. Espera-se a solução do problema da 'ingovernabilidade' da restauração dos mecanismos concorrenciais, que devem bloquear a inflação, num sentido mais restrito, e a inflação das exigências, num sentido mais amplo” (Offe, 1984: 241).

Então, podemos concluir que a crítica e a negação neoliberal à política é retomada pelos teóricos conservadores da crise da democracia, que entendem que o *welfare state* acabou por gerar excessiva politização de questões econômicas e sociais. Para salvar-se, entendem, a democracia precisa estabelecer limites as pressões que se exercem sobre ela, ou seja – raciocinando pelo inverso o risco da democracia esta no excesso de democracia. É necessário, portanto, “despolitizar” a sociedade e suas demandas, enquadrar as reivindicações dos diferentes grupos sociais em planos que não se generalizem em direitos universalistas e tornem-se obstáculos à acumulação ampliada do capital. Mais mercado e menos regulações democráticas – influenciáveis pelo jogo político e, portanto,

sujeitas a determinações outras que não aquelas da “mão invisível”: eis o ponto de contato central entre os teóricos do neoliberalismo e da ingovernabilidade das democracias.

A mesma visão conservadora está na base do chamado Consenso de Washington. Em 1989, no bojo do reaganismo e do tatcherismo, máximas expressões do neoliberalismo em ação, reuniram-se em Washington, convocados pelo *Institute for International Economics*, entidade de caráter privado, diversos economistas latino-americanos de perfil liberal, funcionários do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do governo norte-americano. O tema do encontro *Latin America adjustment: how much has happened?*, visava avaliar as reformas econômicas em curso no âmbito da América Latina.

John Willianon, economista inglês e diretor do instituto promotor do encontro, foi quem alinhavou os dez pontos tidos como consensuais entre os participantes. Foi ele ainda quem cunhou a expressão “Consenso de Washington”, através da qual ficaram conhecidas as conclusões daquele encontro, ao final resumidas nas seguintes regras universais<sup>1</sup>:

1) disciplina fiscal, através da qual o Estado deve limitar seus gastos a arrecadação, eliminando o déficit público; 2) focalização dos gastos públicos em educação, saúde e infra-estrutura; 3) reforma tributária que amplie a base sobre a qual incide a carga tributária, com maior peso nos impostos indiretos e menor progressividade nos impostos diretos; 4) liberalização financeira, com o fim de restrições que impeçam as instituições financeiras internacionais de atuar em igualdade com as nacionais e o afastamento do Estado do setor; 5) taxa de câmbio competitiva; 6) liberalização do comércio exterior, com redução de alíquotas de importação e estímulos a exportação, visando impulsionar a globalização da economia; 7) eliminação de restrições ao capital externo, permitindo investimento direto estrangeiro; 8) privatização, com a venda de empresas estatais; 9) desregulação, com redução da legislação de controle do processo econômico e das relações trabalhistas; e 10) propriedade intelectual.

Embora tivessem, a princípio, um caráter acadêmico, as conclusões do Consenso acabaram tornando-se o receituário imposto por agências internacionais para a concessão de créditos: os países que quisessem empréstimos do FMI, por exemplo, deveriam adequar suas economias as

---

<sup>1</sup> A pretensão à universalidade positivista do receituário do Consenso de Washington ficou clara na participação de Willianon em debate realizado pelo jornal Folha de S. Paulo, em seu auditório, no dia 16.08.94. Ali, ele afirmou que os dez pontos tinham sido determinados pelo “bom senso econômico”.

novas regras. Para garantir e “auxiliar” no processo das chamadas reformas estruturais (que Maria da Conceição Tavares alerta não deverem ser confundidas “com o bom e velho estruturalismo cepalino”<sup>2</sup>), o FMI e demais agências do governo norte-americano ou multilaterais incrementaram a monitoração – novo nome da velha ingerência nos assuntos internos – das alterações “modernizadoras”.

Em síntese, é possível afirmar que o Consenso de Washington faz parte do conjunto de reformas neoliberais que, apesar de práticas distintas nos diferentes países, está centrado doutrinariamente na desregulamentação dos mercados, abertura comercial e financeira e redução do tamanho e papel do Estado.

### **Critica ao projeto neoliberal**

Para criticar o neoliberalismo, quero aqui partir de três hipóteses fundamentais:

1) O neoliberalismo aponta para o sacrifício dos direitos básicos, sociais e políticos de grande parte da população, ao negar padrões de regulação negociados entre agentes coletivos, tais como os sindicatos, os partidos e o Estado, que de forma mais ou menos atenuada implicavam em obstáculos – ainda que frágeis – a acumulação ampliada do capital e permitiam as classes subordinadas algum grau de participação na repartição do produto social do trabalho;

2) que, em conseqüência, o projeto neoliberal tende a distanciar-se da democracia, especialmente se considerarmos, como Helio Jaguaribe, que as democracias modernas dividem-se em dois grandes modelos: a democracia social, organizatória e que configura a sociedade para os fins da coletividade; e a democracia liberal, dedicada apenas a regulação da sociedade civil. Exemplo do segundo modelo são as democracias da Europa Ocidental do século XIX; do primeiro, as democracias contemporâneas que se caracterizam por um *Estado de bem-estar* (Weffort, 1992).

Então, se a democracia contemporânea exige formas de intervenção do Estado no sentido da aplicação de algum tipo de justiça distributiva, como meio de diminuir os desajustes provocados pela regulação via mercado e incentivar uma tendência a igualização, parece claro que as propostas neoliberais, ao negarem validade aos projetos que apontam neste sentido, terminam por se apartar da democracia; e

---

<sup>2</sup> Tavares, Maria de Conceição. “O dissenso de Washington”. In: Nogueira, Paulo Batista *et alli*. (1995). *Em defesa do interesse nacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

3) a onda neoliberal e o substrato ideológico de um contra-ataque do capitalismo, que busca refuncionalizar-se em outras bases, sem aqueles obstáculos a acumulação do capital – fruto da ação política da classe trabalhadora e de outros setores subalternizados – e diminuindo o espaço de manobra e reivindicação dos trabalhadores, através da precarização das relações de trabalho, do desemprego e da despolitização das políticas sociais, transformadas de direitos em caridade, de preferência privada. Esse contra-ataque capitalista se dá, conforme indica Vicente Navarro, em dois níveis: na produção, com profundas

modificações tanto no processo de trabalho como nas relações no interior das empresas, tendo por base uma racionalização técnica (automação e informatização) e uma racionalização administrativa-gerencial (os modelos “japoneses” e outros de gestão), além da produção globalizada, com o deslocamento de postos de trabalho para onde houvesse menos regulações e movimentos sindicais mais frágeis. Houve ainda uma intensa precarização das relações de trabalho, ao lado da economia de mão-de-obra provocada pelo avanço tecnológico.

O outro campo de reação do capital foi a *político-estatal*, com o ataque generalizado ao *welfare state* e seu modelo de regulação social. É nesse quadro que a neoliberalismo – desde o pós-guerra relegado a insignificância política – ressurgiu e, com suas idéias a respeito do mercado, da concorrência e da diminuição do Estado, serve como um lubrificante teórico-ideológico para fazer funcionar esse contra-ataque do capitalismo em relação às conquistas dos trabalhadores (Navarro, 1993).

### **O neoliberalismo no Brasil**

O neoliberalismo chegou lentamente ao Brasil. Brasília Sallum Jr. identifica na crise que assola o final do regime militar brasileiro o surgimento de alternativas amparadas por esse ideário. Representada então pela candidatura Paulo Maluf, tal alternativa imaginava que a solução da crise brasileira e a estabilização da economia viriam da quebra da intervenção estatal, com o fim dos subsídios e transferências para as empresas estatais e pelo aprofundamento dos mecanismos de mercado. Ela propunha ainda que o Brasil se abrisse a divisão internacional do trabalho, voltando-se a agricultura e a produção industrial cuja tecnologia já fosse assimilada e permitindo a entrada de produtos estrangeiros de tecnologia avançada (Sallum, 1994).

Mas Maluf foi derrotado e elegeu-se presidente, pelo Colégio Eleitoral – depois da derrota do movimento pelas diretas –, Tancredo Neves, que morreu sem tomar posse. Em seu lugar, assumiu o vice-presidente eleito José Sarney

que, com pouca legitimidade, manteve a composição do ministério desenhada por Tancredo. Esse ministério procurava conciliar duas perspectivas distintas de política econômica: de um lado, no Planejamento, Tancredo tinha colocado João Sayad, peemedebista identificado com setores heterodoxos, com vínculos estruturalistas e próximo à social-democracia. A ele caberiam os projetos de longo prazo. Para o curto prazo, no entanto, o conservador Tancredo tinha reservado o ministério da Fazenda para seu sobrinho Francisco Dornelles, economista ortodoxo, identificado com o receituário recessivo do Fundo Monetário Internacional e com o neoliberalismo. Sarney mantém essa dualidade e Planejamento e Fazenda seguem não falando a mesma língua até que Dornelles é demitido e em seu lugar assume Dílson Funaro, que viria a ser o executor do Plano Cruzado (Martins, 1995). Com isso, os neoliberais perdem espaço no governo. Após o insucesso do Cruzado, sucedem-se outros planos econômicos igualmente incapazes de deter a inflação, e o governo Sarney chega ao final se arrastando.

Se no Brasil o neoliberalismo vinha aos poucos ganhando espaço como alternativa política à crise, é no período Collor que efetivamente ele se torna a ideologia dominante entre os setores do capital, dos partidos políticos conservadores e do centro do espectro político, da grande imprensa brasileira e mesmo de setores significativos do pequeno e médio empresariado e, especialmente, daquela parcela do movimento organizado dos trabalhadores identificada com a Força Sindical. Teve início o processo de privatização das estatais, o Brasil abriu sua economia para o capital estrangeiro e o mercado passou a ser o grande agente organizador da Nação, enquanto os trabalhadores, como classe, começaram a sofrer um bombardeio incessante em seus direitos.

E se Collor, por conta da corrupção desabrida sofreu o *impeachment* e não deu certo como condutor do projeto neoliberal, nada permite supor que o neoliberalismo no Brasil afundou junto com ele ou sofreu abalos significativos na sua pretensão de hegemonia. Pelo contrário, O ideário neoliberal se reapresenta na disputa eleitoral sucessória a Itamar Franco — que como vice-presidente assumiu a Presidência com o *impeachment* de Collor. Naquele momento, dois projetos se apresentaram ao eleitorado. Um, o de Lula, tinha por meta a ampliação do mercado interno, buscando agregar ao consumo a enorme massa de excluídos do país; a ampliação da democracia do campo da política para os campos social, econômico e cultural e a presença do Estado (democraticamente controlado) nos setores fundamentais e estratégicos. O outro, o de FHC, era o continuador do projeto neoliberal — e, por isso, contou com uma gama impressionante de apoios entre os partidos e setores conservadores da sociedade.

Mas o grande eleitor de FHC foi o Plano Real, que conseguiu baixar e manter a inflação em níveis aceitáveis, estabilizando a economia. E se isso, sem dúvida, e muito importante, parece claro que não é suficiente: mesmo que tenha havido uma pequena melhora na renda da população mais pobre, por conta do fim do imposto inflacionário, o desemprego aberto e o emprego na economia informal crescem a olhos vistos. A última pesquisa *Dieese/Seade* aponta para o índice de 16% de desemprego da PEA da Grande São Paulo, algo próximo a 1,5 milhão de pessoas.

Só isso, porém – embora trágico – não é suficiente para caracterizar o governo FHC como neoliberal. Mas há outras atitudes e medidas que permitem enquadrá-lo nessa caracterização, tomando por base o conceito mais operacional desenvolvido por Luis Fernandes. Vejamos:

1) Há estudos no Ministério do Trabalho para permitir a precarização legal da contratação de trabalhadores.

2) As reformas propostas por FHC, como as da Previdência, Administrativa e da área econômica tentam abrir espaço para o mercado, diminuindo o papel do Estado.

3) Sofremos de “executivismo”: nunca antes o Executivo legislou tanto, seja por meio das *medidas provisórias* ou de projetos enviados ao Congresso. Ao mesmo tempo, se procura evitar que a oposição modifique determinadas medidas, através do fim dos chamados *destaques de votação em separado*.

4) O programa de privatizações continua em marcha, ainda aceitando as moedas podres.

5) A taxa de juros, mantida excessivamente alta, ao lado da abertura ao capital financeiro internacional, e uma forma de atrair para cá o chamado capital volátil, em boa parte especulativo.

6) A falta de medidas protecionistas leva de roldão setores inteiros da economia brasileira, como calçados, têxteis e autopeças. E com eles, vão-se os empregos, enquanto os “consumidores” podem comprar tênis americanos da Nike fabricados na China, na Coreia, na Indonésia, na Tailândia, onde adolescentes e mulheres trabalham 15, 16 horas por dia em troca de um salário diário de US\$ 1,80 e o Wal-Mart, recém instalado no Brasil, vende camisas, pastas, mochilas e – o mais incrível – bolas de futebol fabricadas no Paquistão, onde o salário também beira os 30 dólares mensais.

Essas, entre outras, permitem caracterizar o governo FHC como sendo de cunho neoliberal: somadas, essas medidas mostram a tendência deste governo: retirar os eventuais obstáculos à acumulação ampliada do capital, mesmo que isso, a longo – ou mesmo médio – prazo signifique mais concentração de riqueza e exclusão. Dessa forma, estaremos no Primeiro

Mundo em breve. Até porque, lá também esta se desenvolvendo ilhas de consumo e riqueza ladeadas por um aumento da exclusão e da miséria. Os pobres da Inglaterra pós-Thatcher e dos Estados Unidos pós-Reagan que o digam.

### **Bibliografia**

- ANDERSON, Perry. (1995). “Balanço do neoliberalismo”. In: SADER, E. GENTILI, P. (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- AMARAL, Roberto (coord); SEGATTO, Jose Antonio *et alii*. (1995). FHC: os paulistas no poder. Rio de Janeiro: Casa Jorge Editorial.
- BATISTA, Paulo Nogueira *et alii*. (1995). *Em defesa do interesse nacional*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- BICHER, Antonio (org.). (1991). *Antologia liberal*. São Paulo: Inconfidentes.
- BORON, Atilio. (1994). *Estado, capitalismo e democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CARDOSO, Fernando Henrique. (1994). *Mãos à obra: proposta de governo*. Brasília: s./ed.
- CROZIER, Michel; HUNTINGTON, Samuel e WATANUKI, Joji. (1975). *The crisis of democracy*. New York: New York University Press
- FERNANDES, Luis. (1995). “Neoliberalismo e reestruturação capitalista”. In SADER, E. GENTILI, P. (orgs.), *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FONSECA, Eduardo Giannetti. (1994). “Quem tem medo do neoliberalismo”. *Idéias Liberais*. São Paulo: Instituto Liberal, 13.
- FRIEDMAN, Milton. (1985). *Capitalismo e liberdade*. São Paulo: Nova Cultural.
- GRAY, John. (1988). *O liberalismo*. Lisboa: Estampa.
- HAYEK, Friedrich. (1990). *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal.
- KUNTZ, Rolf. (1993). “O neoliberalismo é um entreguismo”. *Revista USP*, São Paulo, 17: 54-61.
- \_\_\_\_\_. (1995). “Os direitos sociais em xeque”. *Lua Nova*, Cedec, 36: 148-157.
- KURZ, Robert. (1992). *O colapso da modernização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

- LAMOLJNIER, Bolivar. (1989). *Partidos e utopias: o Brasil no limiar dos anos 90*. São Paulo: Loyola.
- \_\_\_\_\_. (1991). *Depois da transição: democracia e eleições no governo Collor*. São Paulo: Loyola.
- LAURELL, Asa Cristina (org.). (1995). *Estado e políticas sociais no neoliberalismo*. São Paulo: Cortez.
- MARTINS, Martha Christina Pereira. (1995). *O I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República 1986–1989: uma abordagem*. Tese de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, datilo.
- NAVARRO, Vicente. (1993). “Produção e Estado de bem-estar. O contexto político das reformas”. *Lua Nova/Cedec*, 28/29: 157-199.
- NOGUEIRA, João Pontes. (1992). “Um discurso ambíguo e conservador”. *Política Governamentais/Ibase*, 78: 50-55.
- OFFE, Claus. (1984). *Problemas estruturais do estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- OLIVEIRA, Francisco de. (1990). “O marajá superkitsch”. *Novos Estudos Cebrap*, 26: 5-14.
- \_\_\_\_\_. (1992). “A herança do marajá superkitsch”. *Novos Estudos Cebrap*, 4: 8-14.
- \_\_\_\_\_. (1995). “Quem tem medo da governabilidade”. *Novos Estudos Cebrap*, 41: 61-77.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. (1991). “O governo Collor e a modernidade”. *Novos Estudos Cebrap*, 29: 3–9.
- PRZEWORSKI, Adam. (1991). *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras.
- \_\_\_\_\_. (1993). “A falácia neoliberal”. *Lua Nova/Cedec*, 28/29: 210-225.
- \_\_\_\_\_. (1994). *Democracia e mercado no Leste Europeu e na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume–Dumará.
- \_\_\_\_\_. (1995). *Estado e economia no capitalismo*. Rio de Janeiro: Relume–Dumará.
- REIS, Fábio Wanderley. (1995). “Governabilidade, instituições e partidos”. *Novos Estudos Cebrap*, 41: 40–59.
- ROTHBARD, Murray. (1988). *Esquerda e direita: perspectivas para a liberdade*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olímpio.

- \_\_\_\_\_. (1988). *O essencial Von Mises*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olímpio.
- SADER, Emir (org.). (1995). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SALLUM JR., Brasília. (1994). “Transição política e crise de Estado”. *Lua Nova/Cedec*, 32: 133–167.
- SANTOS, Wanderley Guilherme; VIANNA, Luiz Werneck; BARBOZA FILHO, Rubem. (1996). “O primeiro ano do governo de Fernando Henrique Cardoso”. *Cadernos de conjuntura IUPERJ*, 53.
- SUASSUNA, Luciano e NOVAES, Luiz Antonio. (1994). *Como Fernando Henrique foi eleito presidente*. São Paulo: Contexto.
- WEFFORT, Francisco (org.). (1991). *Os clássicos da política*. São Paulo: Brasiliense, v. 2.
- \_\_\_\_\_. (1992). *Qual democracia?* São Paulo: Companhia das Letras.
- \_\_\_\_\_. (1988). “Por que democracia?”. In: STEPAN, A. (org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.